

Realidade Brasileira III — A solução possível

João Paulo
de Almeida Magalhães*

"O Brasil dispõe dos requisitos necessários para se tornar, até o fim do século, uma grande, próspera e equânime democracia moderna (...) Para esse futuro promissor (...) basta apenas que se mobilize um básico consenso nacional a respeito da necessidade de (...) um grande programa de reformas sociais."

Hélio Jaguaribe e outros — 1989

Nos dois artigos anteriores, sustentamos que o grande erro hoje cometido em nosso país é o de colocar a problemática social em termos de esquerda e de direita. O conflito existente é entre os setores moderno e tradicional ou, como preferem outros, entre uma pequena e rica Bélgica e uma grande e miserável Índia, que compõem a Belíndia brasileira.

Nesse erro de interpretação incorreram, por exemplo, nas últimas eleições presidenciais, as comunidades eclesiais de base. Estas deveriam ter apoiado os pobres da Índia, em vez de patrocinarem o candidato dos trabalhadores da Bélgica, beneficiários de muitos dos sacrifícios impostos à Índia. É ainda essa falsa interpretação que vem encorajando a perigosa tentativa de transferir, por via legal, padrões de vida da Bélgica para a Índia, através, por exemplo, de grandes aumentos no salário mínimo.

Reconhecido o dualismo como o problema central, soluções objetivas se tornam possíveis. Elas se baseiam no fato de que se o dualismo

econômico (resultante da necessidade de importar técnicas fortemente utilizadoras de capital) é inevitável, o dualismo social (expresso na grande disparidade entre os padrões de vida dos setores moderno e tradicional) é perfeitamente evitável. Para tanto, basta se adotarem medidas para que o rápido aumento de produtividade, proporcionado pelo desenvolvimento, se traduza em menores preços e ou maiores tributos, em vez de, como sucede hoje, ser absorvido pelos maiores lucros e salários do setor moderno. Preços menores beneficiariam diretamente os habitantes da Índia e a receita tributária complementar poderia, igualmente, ser utilizada a seu favor.

Não se trata de baixar salários do setor moderno. Dos seus trabalhadores se pediria apenas que, para o futuro, deixassem de reivindicar a totalidade dos ganhos de produtividade, resultantes de política de desenvolvimento. Redução efetiva dos níveis de renda deverá ser pedida, apenas, ao decil superior das categorias de rendimentos, que monopoliza nada menos de 47,5% do PIB nacional.

A urgente necessidade de uma ampla política de contenção de inflação permite definir melhor a contribuição a ser pedida aos trabalhadores da Bélgica. Esta pode ser discriminada em três pontos fundamentais: renúncia, durante a vigência da política de estabilização, a qualquer pedido de aumento real de salários; adiamento de pedidos de reposição salarial, sobretudo quando baseados nos níveis reais de 1986 e 1987; aceitação de que, num contexto de estabilidade de preços, os salários fiquem nos seus níveis reais médios e não nos níveis de pico. Sem a aceitação dessas restrições, dificilmente terá sucesso uma política inflacionária. Essa aceitação constitui, além disso, em teste da predispo-

sição dos trabalhadores do setor moderno em colaborar para a eliminação, ou redução, do dualismo social. O teste é particularmente significativo, porque não implica qualquer queda no poder aquisitivo dos seus salários.

Para se chegar a um consenso nacional, com respeito a uma política destinada a reduzir desigualdades sociais, a maior dificuldade deveria, a rigor, estar nas categorias de menor renda do setor tradicional. Isso porque seus padrões de vida são baixíssimos e os resultados do programa social, a ser adotado, serão lentos.

Diferentemente, todavia, do que sucede com os demais grupos sociais, a Índia não dispõe de uma liderança capaz de falar por ela. Deve, assim, ser cooptada através de medidas que a façam sentir protegida e objeto de um esforço de recuperação. Cumpre reproduzir alguma coisa, como o conseguido por Getúlio Vargas. Ele criou o salário mínimo, mas este foi deixado sem reajustes compensatórios da inflação. A legislação trabalhista ofereceu vantagens ao operariado, mas em pouco elevou seu padrão de vida. Possivelmente, o que Getúlio fez de mais importante para o povo foi romper a inércia das elites tradicionais do "café com leite", lançando o país, firmemente, na industrialização. Ele foi o inventor do que se poderia chamar em populismo racional, que oferece às camadas de renda inferior, vantagens tópicas, acrescidas da sensação de que não estão sendo ignoradas e da esperança de um futuro melhor, proporcionado pelo desenvolvimento.

Getúlio não teve continuadores. Brizola, que pretendeu perpetuar sua mensagem, jamais entendeu Getúlio. Eleito governador de um estado em virtual colapso econômico, não adotou qualquer medida para estimular o desenvolvimento. Centrou sua ação num programa educa-

cional cujo objetivo era conceder à população escolar padrões de vida iguais ou superiores aos existentes nos atuais países desenvolvidos. A mais elementar análise mostra que esse programa não tinha qualquer viabilidade econômica e, se levado adiante, teria arruinado definitivamente o Rio de Janeiro.

Brizola promoveu o populismo selvagem. O necessário é um populismo racional, que conceda à Índia, desde logo, as vantagens compatíveis com nosso nível de desenvolvimento e com um dualismo social de eliminação lenta e difícil.

Collor, que foi eleito essencialmente pela Índia, tem um amplo crédito de confiança para implementar esse tipo de política. Nesse sentido, deverá adotar medidas para que o inevitável dualismo econômico não se traduza num gravíssimo dualismo social. Sua ação deve portanto ser, inicialmente, junto às empresas e aos sindicatos do setor moderno. Quanto a estes, deverá deixar bem claro que não é aceitável o papel que tentam se atribuir à CUT e à CGT, representantes da totalidade dos trabalhadores brasileiros.

Com relação à Índia, deve captar-lhe a confiança, mostrando que, do programa social proposto, ela constitui a beneficiária principal. Certa dose do que chamamos de populismo racional faz parte da receita.

Em suma, para ser bem-sucedido, o novo presidente deve compreender que se acha à frente de um país marcado por profundo e desestabilizante dualismo, tanto econômico como social. Ou seja, deve esquecer o Brasil e assumir a presidência de Belíndia.

* Professor da UFRJ. Último artigo de uma série. Os anteriores foram publicados nas edições de 5/2 e de 12/2

19 FEB 1990

JORNAL DO BRASIL